

Um novo compromisso pela escola pública

18-Oct-2007

TEXTO DE CECÍLIA
HONRÁRIO - Deputada do BE

1.

A igualdade de oportunidades tornou-se o desafio natural da democratização do sistema de ensino. Mas como tem evoluído a escola pública em Portugal no combate às desigualdades sociais?

Qual a dinâmica prevalente: reprodução e/ou mudança social? A escolarização contribui para a redução das assimetrias territoriais?

As políticas de organização do território e a debilidade das políticas públicas de educação foram escavando hierarquias: há as escolas de "elitismo" (aquelas que o governo prefere para as exposições) e as outras (algumas delas, guetos desconhecidos). No meio, uma malha mais difusa, mas nem por isso limpa de critérios de segregação, que se foram banalizando no silêncio (critérios de constituição de turmas, as turmas dos "bons" e as dos "maus", critérios de atribuição de turmas a professores, entre outros).

Que propostas para denunciar e desfazer as malhas, a visível e a invisível, das desigualdades?

2.

Os pobres aumentaram, a pobreza é envergonhada também. A ação social escolar é uma vergonha, ainda maior no ensino secundário.

As escolas vão tapando a realidade crua com esquemas assistencialistas.

A defesa da escola pública exige a prioridade, consensual aliás (já conclusão do Debate Nacional de Educação, por exemplo), do trabalho em rede com todos os profissionais e técnicos, dos psicólogos aos mediadores, que acompanhem e apoiem os vários caminhos entre a comunidade, a família, a escola.

E sem intervenção social e sem criação de emprego, não há milagres nem varinhas mágicas para os contextos de partida dos alunos.

Mas não são estas crianças e jovens o maior laço no compromisso de esquerda de agentes de esquerda, a comer pelos professores?

3.

As desigualdades sociais continuam a transformar-se em desigualdades escolares? A escolarização das mães é um dos mais poderosos marcadores sociais. As taxas de abandono e insucesso precoce são muito mais elevadas entre crianças cujas mães têm baixos níveis de escolaridade. A classe social de origem dos pais fractura os níveis de sucesso entre os filhos das classes favorecidas e os outros*.

Os filhos destes contextos afinam os perfis de filhos-alunos que alimentam as escolas. Os rapazes estão sobrerrepresentados no abandono, entre os que reprovam e aqueles que têm carreiras escolares mais curtas e são, por excelência, os enjeitados dos CEFs.

No tempo da energia escolar feminina (e onde a distância entre rapazes e raparigas no sistema de ensino português é máxima entre classes desfavorecidas e mínima entre favorecidas), não se exige nada às escolas? Estão as escolas preparadas para prevenir estas fatalidades de género?

Qual é a sua
responsabilidade e a dos seus profissionais na discriminação
por classe, género, orientação sexual e etnia,
ou são inimputáveis?

4.

Estado a mais ou a menos? A banalização
do discurso do Estado a mais oculta a realidade: debilidade
do Estado na afirmação de políticas públicas
para a educação.

Esta linha que a recente vaga de
autoritarismo também deve ser entendida.

Ela esconde a debilidade do poder mas
revela, também, essa espécie de fatalidade na evolução
do sistema nacional de ensino: as assimetrias
entre discursos, legislação e realidades e a neblina que
paira sobre o serviço público de educação como
fundador de democracia.

Se o Estado é fraco, a sociedade vacila
e, na indecisão, será mais fácil abrir portas às promiscuidades
entre o público e o privado.

E se o Estado não foi, e não é, forte
na assunção de políticas públicas para a
educação, qual o quadro das "autonomias" e o porquê desta
onda escola-a-escola?

5.

O impacto da vaga neoliberal deixa mais
rasto do que a retórica defensiva da escola
pública?

O discurso do poder diaboliza os inimigos da escola pública (dos professores À Deco, entre outros), mas a realidade vai desenhando hierarquias claras em nome do «mã©rito»: entre escolas (escolas de bons e maus resultados) e profissionais (vide concurso para professores titulares). Penetra a gestã£o por resultados, traduzida numa nova cultura burocrãtica, a empresariaalizaã£o do parque escolar (estãcriada a entidade pãblica empresarial que tem nas mã£os parte do patrimãnio pãblico do ensino secundãrio e nã£o hã sinais de que o processo estanque) e a selva criada ã volta das actividades de enriquecimento curricular sã£o indicadores da fome de mercadorizaã£o.

Estarãsolidamente instalado o mercado da educaã£o em Portugal?

6.

Professores e trabalhadores de educaã£o num beco sem saãda?

A representaã£o destes trabalhadores do ensino nã£o superior nã£o se colou nem ã especificidades do trabalho intelectual nem ã s da funã£o pãblica. Hoje, o risco ã que nem trabalhadores intelectuais nem funcionãrios pãblicos.

A fractura da carreira em duas acabou por rebentar com a marca identitãria d@s professores que fizeram a democratizaã£o da escola pãblica: a horizontalidade.

Por outro, a precarizaã£o deste grupo profissional tem duplos contornos: o do desemprego, da humilhaã£o de deslocaã£es sem quaisquer apoios (realidade com dãcadas, retenha-se) e o da extracã£o social, uma vez que sã£o os mais desfavorecidos que continuam a querer ser professores.

A debilidade das representaã£es e

equívocos das reivindicações foi agravada pela multiplicação de funções, missões e aumento do horário de trabalho.

Por o tempo do bloqueio, do transbordamento: multiplicaram-se as missões e os conteúdos (o saco não se estica a rebentar pelas costuras; ao velho acrescentou-se tudo). Como sair?

7.

A batalha do sucesso foi ganha pelo governo? Na debilidade da representação da escola pública e da qualidade de serviço público dos seus profissionais, o insucesso como marca do rigor, de qualidade e de superioridade dos saberes foi impune durante demasiado tempo. Mais torneada pela lei, a retenção na escolaridade obrigatória, que urge discutir, ainda é um peso em dinheiro e vidas.

Mas a batalha foi apenas meio ganha. O governo resiste ao óbvio, à reforma curricular nos segundo e terceiro ciclos, o governo resiste às necessidades dos alunos, incapaz de uma oferta de saberes e aprendizagens para a vida, resiste a perceber que as crianças portuguesas passam demasiado tempo na escola e, na sua coroa de glória, a oferta de enriquecimento curricular no primeiro ciclo, põe mais escola sobre a escola, estoirando com crianças e professores.

Qual é o compromisso de esquerda no combate ao insucesso e ao abandono num contexto de avanço do neoliberalismo?

1. Ver Ana Nunes de Almeida e Maria Manuel

Vieira, A Escola em Portugal, 2006)

2. Ver Ant3nio N3voa,

Evidentemente.